

# A reforma tributária de 2003 foi uma grande decepção e deve ser retomada

## Diário do Comércio

Marcos Cintra – 03/01/2007

Em 2007, o debate econômico no Brasil será dominado por questões de natureza fiscal e tributária. Os principais desafios são: 1 – revisão dos gastos públicos, 2 – prorrogação da DRU e da CPMF, 3 – déficit da Previdência Social, 4 – tributação trabalhista e 5 – reforma tributária.

Nos últimos anos a despesa pública crescer de modo vertiginoso por conta da pressão dos gastos federais. Seria até aceitável se essa elevação tivesse sustentado investimentos na expansão da infraestrutura ou na melhoria da educação pública. Mas não foi isso que ocorreu: o crescimento se deu nos gastos correntes.

As despesas correntes da União em relação ao PIB sofreram seguidas elevações de 1996 até 2002. Saltaram de 14,1% para 16,9%. Após uma leve redução para 16,5% em 2003 elas voltaram a crescer e chegaram a 17,8% em 2005. Em 2006 a previsão é de que esses gastos atinjam 18,2% do PIB. A combinação entre despesa corrente crescente e orçamento rígido resultou na queda dos investimentos em infraestrutura, caindo para níveis baixíssimos.

Sem margem para aumentar o endividamento e, menos ainda para impor maior carga tributária à sociedade, a única saída será o corte de gastos e a flexibilização do orçamento.

A rigidez orçamentária é uma preocupação. As despesas obrigatórias em relação ao PIB são crescentes. Elas equivaliam a 11,9% do PIB em 1995 e no ano passado chegaram a 14,6% do PIB. Em 2006 a previsão é de que cheguem a 15,6%. Enquanto isso, os gastos discricionários se mantiveram na casa dos 4% do PIB.

Nessa situação, não resta alternativa senão a prorrogação da DRU e da CPMF. A desvinculação de receitas pode saltar dos atuais 20% para 30% ou 35% por mais dez anos. Quanto à CPMF, não há como fazer a União abrir mão de recursos que devem somar R\$ 36 bilhões em 2007.

A ampliação da DRU poderá causar mais oposição política ao governo do que a prorrogação da CPMF.

Se há resistência de parlamentares e da máquina burocrática na simples prorrogação da desvinculação essa pressão vai aumentar com a proposta de aumento do seu montante. A flexibilização do orçamento é necessária, mas todo cuidado deve ser observado para que isso não abra espaço para expansão de gastos correntes.

O grande nó nas despesas públicas brasileiras se refere aos gastos previdenciários. O déficit médio no INSS em relação ao PIB passou de 0,3% no período de 1995-1998 para 1,1% no quadriênio 1999-2002. A partir de 2003 o crescimento do desequilíbrio se acentuou. Naquele ano chegou a 1,7% do PIB e em 2006 deve ultrapassar 2% do PIB.

Mesmo com a Previdência falida o governo insiste em afirmar que de imediato não será preciso reformá-la e que o déficit pode ser coberto com medidas administrativas e recursos do Tesouro. Isso é lamentável, o sistema previdenciário brasileiro demanda uma reforma que restabeleça seu equilíbrio atuarial e financeiro. Ignorar essa situação significa que o rombo continuará crescendo e que os investimentos públicos e privados minguarão ainda mais e a economia continuará marcando passo.

A questão previdenciária é grave. Sua reforma e a captura da informalidade são os grandes desafios que o governo

ainda não teve coragem de enfrentar. A desoneração da folha de salários pode ser uma saída para equacionar o problema. O Brasil tributa em 42,5% os salários brutos, sendo que mais de 80% recai sobre as empresas, ficando atrás apenas da Dinamarca, onde esse peso é de 42,9%.

O elevado ônus imposto sobre a folha de salários no Brasil compromete a competitividade das empresas e é um dos principais estimuladores da informalidade no mercado de trabalho, que, por sua vez, agrava o desequilíbrio da Previdência. Só os encargos sociais de um empregado registrado no Brasil representam para as empresas mais de um terço do salário nominal. Isso equivale a três vezes a média observada nos países emergentes, como os tigres asiáticos.

Essa situação contribui negativamente para o nível de emprego e para a geração de renda, e ajuda a explicar as razões de menos da metade dos trabalhadores ocupados a contribuir para a Previdência.

A “reforma” tributária de 2003 foi uma grande decepção, e precisa se retomada. Segundo o Banco Mundial, o país tem um dos piores sistemas tributários do mundo, com estrutura complexa, injusta e de alto custo.

Estes são itens da pauta fiscal e tributária para o Brasil em 2007. Ações tímidas e ortodoxas nessas áreas perpetuam o desempenho medíocre da economia. Seria oportuno o governo investir na transformação da CPMF em imposto permanente e utilizá-lo para substituir os encargos incidentes sobre a folha de salários.

---

Marcos Cintra é economista e vice-diretor da FGV